EXTRAPRENSA
CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

VOZES DE SEUS FILHOS VIVOS - RESISTÊNCIAS E ECOS DAS NARRATIVAS DE MÃES QUE PERDERAM SEUS FILHOS PARA O BRAÇO ARMADO DO ESTADO

V SICCAL

[GT2 - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS]

Maria da Glória Calado
Centro Universitário SENAC, São Paulo, SP
Victória Martins
Escola de Comunicações e Artes (ECA USP), São Paulo, SP

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente trabalho tem o objetivo de dar visibilidade às narrativas de mães cujos filhos foram assassinados pelo braço armado do Estado. Para tanto, pretende-se trazer algumas histórias de mulheres enlutadas, integrantes de movimentos sociais, moradoras de periferias e, na maioria dos casos, negras, e suas lutas. Ao falar de seus filhos e engajarem-se nessa luta, essas mulheres os humanizam e tensionam o Estado a reconhecer sua responsabilidade no extermínio e promover a reparação socioeconômica. Partindo de um registro das histórias e trajetórias de luto e luta de algumas dessas mulheres, pretendemos recorrer às categorias do enquadre, conceito psicanalítico cunhado pelo autor argentino José Bleger. Também nos voltamos a entender como a perda dos filhos através da violência do Estado se relaciona a uma violação dos direitos à maternidade e ao luto dessas mulheres, em especial as negras. Por fim, analisaremos o papel da comunicação, em particular do jornalismo alternativo e de base comunitária, no ecoar das vozes e narrativas destas mulheres. Com este artigo, pretendemos fortalecer o movimento de mães, bem como chamar atenção à ausência de políticas públicas para elas.

Palavras-chave: Movimento de mães. Negras. Violência policial. Maternidade. Luto.

This paper aims to give visibility to the narratives of mothers whose children were assassinated by the State's armed arm. To that order, it intends to bring forward a few stories of grieving women, that participate in social movements, are living in the peripheries and, in most cases, are black; and the causes they fight for. By talking about their children and engaging in this mobilization, these women humanize their children and pressure the State into recognizing its responsibility in their extermination and promoting socio-economic reparation. Starting with registering the stories and trajectories of some of these women, we intend to call upon the categories of 'enquadre' (framing), a psychoanalytic concept coined by Argentine author José Bleger. We also aim to understand how the loss of children through State violence relates to a violation of the rights to maternity and to grief of these women, particularly the black ones. Finally, we will analyse the role of communication, particularly that of alternative and community journalism, in echoing the voices and narratives of these women. With this work, we intend to strengthen the mother's movement, as well as draw attention to the lack of public policies designed for them.

Keywords: Mother's movement. Black. Police brutality. Maternity. Grief.

Este trabajo tiene el objetivo de dar visibilidad a las narrativas de madres cuyos hijos fueron asesinados por el brazo armado del Estado. Así, se pretende traer

DOI: https://doi.org/10.11606/extraprensa2022.194402

algunas historias de mujeres en duelo, integrantes de movimientos sociales, residentes de los suburbios y, en la mayoría de los casos, negras; así como sus luchas. Al hablar de sus hijos y participar en esta lucha, estas mujeres los humanizan y presionan al Estado para que reconozca su responsabilidad en el exterminio y promueva la reparación socioeconómica. Partiendo de un registro de las historias y trayectorias de duelo y lucha de algunas de estas mujeres, pretendemos recurrir a las categorías de el encuadre, concepto psicoanalítico acuñado por el autor argentino José Bleger. También nos volvemos a comprender cómo la pérdida de niños por la violencia del Estado se relaciona con una violación de los derechos a la maternidad y al duelo de estas mujeres, especialmente las mujeres negras. Finalmente, analizaremos el papel de la comunicación, en particular del periodismo alternativo y comunitario, al hacerse eco de las voces y narrativas de estas mujeres. Con este artículo pretendemos fortalecer el movimiento de madres, así como llamar la atención sobre la ausencia de políticas públicas para ellas.

Palabras clave: Movimiento de madres. Negras. Violencia policial. Maternidad. Dolor.

Introdução

A violência policial e do Estado não é um fenômeno novo no Brasil. Desde sempre, agentes do Estado abusam de seu poder e exploram seu monopólio da força de maneira ilegítima, negando assim o direito à vida de outros cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 proíbe expressamente a pena de morte em seu artigo 5º (BRASIL, 1988), no entanto, dados mostram que, para as polícias e agentes do Estado, há uma espécie 'carta branca' para matar. Em 2019, agentes do Estado mataram o equivalente a 17,4 pessoas por dia (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). No ano seguinte, ainda que a pandemia de Covid-19 estivesse restringindo a movimentação das pessoas e os crimes contra o patrimônio estivessem reduzido expressamente, um novo recorde foi registrado: foram 6.416 registros de morte em decorrência de intervenções civis e militares, de policiais dentro e fora de serviço (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Como de praxe, homens jovens, pretos e/ou pardos e moradores de periferias foram as vítimas preferidas: 98,4% eram do sexo masculino, 78,9% eram negros e 76% possuíam entre 0-29 anos.

O ano de 2020 foi marcado por reflexões sobre a desigualdade racial na atuação letal das polícias. Após George Floyd ser asfixiado por um policial branco por aproximadamente 8 minutos em Minnesota, nos Estados Unidos, e depois de João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, levar um tiro dentro da casa de sua tia, onde brincava com os primos, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, uma série de protestos tomaram o mundo contra mais esta face do racismo em nossa sociedade. No Brasil, o último caso fomentou a assinatura da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 365, a "ADPF das Favelas", que restringiu as operações policiais em favelas enquanto perdurasse a pandemia. Ainda assim, em 2021, o extermínio da população preta, pobre e periférica pelo braço armado do Estado perdurou: em maio, o Rio de Janeiro viveu a operação mais letal da sua história, a Chacina do Jacarezinho, que matou 28 pessoas.

Neste contexto, mães e familiares de vítimas unem-se em todo o país, em particular nas periferias, em coletivos que lhes permitem elaborar em conjunto a perda sofrida, resistir a este e outros tipos de violência, buscar por justiça para seus filhos e incidir politicamente por transformações sociais, especialmente no âmbito da segurança pública. São grupos como o das Mães de Maio, nascidas após a maior execução em massa do Estado de São Paulo, em 2006, entre tantos outros, que ensinam que lutar contra o terror estatal é necessário - e que é possível fazê-lo com afeto e valorização de boas memórias.

A respeito de movimentos sociais de mães, Maria da Glória Calado (2020) afirma:

> Um dos ângulos possíveis de observação e análise da pouca legitimidade policial no país é o estudo de movimentos sociais. No âmbito da luta contra a violência policial, na América Latina, movimentos sociais de mães em luto são compostos por mães que perderam seus filhos em decorrência de casos de letalidade policial e reivindicam punição para os culpados pelas

> mortes dos filhos e reconhecimento de que os filhos não são dados, mas sim têm uma história de vida por meio do resgate da trajetória das vítimas da letalidade policial. As ações de tais movimentos envolvem diferentes atores sociais: mães e familiares, incluindo filhos vivos, policiais, operadores da Justiça, centros de direitos humanos, outros movimentos sociais e mídias alternativas (CALADO, 2020, p. 202-203).

No *corpus* desta pesquisa qualitativa, com fontes de natureza bibliográfica, documental e de campo, encontra-se o Movimento Mães em Luto da Zona Leste, fundado oficialmente no contexto do "I Seminário Internacional de Juventudes e Vulnerabilidades: homicídios, encarceramento e preconceito", ocorrido em junho de 2017. Meses antes, algumas mães já se reuniam e dialogavam em torno de uma página na rede social *Facebook*, que também funcionou como meio de circulação do aviso da primeira reunião das mães daquela localidade. Nas redes sociais, circulam imagens dos jovens vítimas da violência nas periferias, publicações sobre esperança, luta e mobilização, compartilhamento de notícias sobre a violência nos territórios e de publicações em páginas e sites de outros movimentos de mães, divulgação de reuniões e atividades, além de depoimentos sobre as vivências das mulheres enlutadas.

O grupo participa da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, integra o grupo de Controle Externo das Polícias, pertencente ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP), além de participar de rodas de conversa em universidades com o intuito de denunciar o Estado em relação à opressão e à violência nos territórios periféricos. Em 2020 e 2021, durante a pandemia, o grupo mães em luto da zona leste realizaram encontros online e passaram a construir um livro de memórias de luta em parceria com pesquisadoras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Centro de Direitos Humanos de Sapopemba. O luto como substantivo, por conta dos assassinatos dos filhos, e como verbo, em virtude do movimento social, fazem parte do cotidiano dessas mulheres, que batalham por justiça e dão apoio para outras que vivenciam situações semelhantes. Cabe destacar que, neste trabalho, todos os nomes utilizados para se referir aos depoimentos são fictícios. O trabalho está dividido nas seguintes seções: violações de direitos em virtude do luto, sofrimento e silenciamento, a ida do processo do sofrimento enlutado à luta coletiva e o jornalismo como aliado da mobilização das mães.

Luto, sofrimento e silenciamento: violações de direito

Lidar com a morte de um (a) filho (a) é um desafio com implicações psicanalíticas e sociais a serem consideradas. Em territórios marcados pela violência policial e pelo consequente crescimento no número de óbitos, a convivência com o luto também se torna mais frequente. No âmbito da psicanálise freudiana, o luto, enquanto substantivo, pode ser compreendido como um processo lento e doloroso, que tem como características uma tristeza profunda, afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre o objeto perdido, a perda de interesse no

mundo externo e a incapacidade de substituição com a adoção de um novo objeto de amor (FREUD, 1917) (cf. CALADO, 2020).

Entre relatos de mães enlutadas divulgados nas redes sociais ou registrados por meio de observação participante, é possível enxergar características como o luto patológico e uma de suas consequências, o desejo de morrer. De acordo com Freud, o luto é "a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante" (FREUD, 1917, p. 129). Trata-se de um processo psíquico essencial, mas que, por vezes, vem acompanhado da melancolia, a qual implica a diminuição da autoestima.

O luto faz com que as vivências e discursos das mães girem em torno da trajetória dos filhos. Trata-se de um esforço para manter as memórias vivas e, assim, lutar por formas de reparação. Em encontros feitos entre mães e psicólogas da Rede de Proteção e Resistência contra o genocídio frases que remetem às marcas da saudade são constantes. Em um dos encontros, Marinete afirmou: "Um ano e dois meses que meu mundo virou de ponta-cabeça, filho, que saudade de você, sei que Deus vai fazer justiça". No mesmo contexto, Rosangela disse: "Hoje faz três meses que perdi meu filho e a saudade é muito grande!!!". Ainda na mesma conversa, Silmara também desabafou: "Hoje meu Victor completaria 23 anos, meu Deus, hoje parece que minha dor da saudade está pior". Tais situações dialogam com Chimamanda Ngozi Adichie (2021), que menciona: "O LUTO EXPÕE NOVAS camadas em mim, raspando escamas dos meus olhos. Arrependo-me das minhas antigas certezas. Você deve certamente vivenciar o seu luto, falar a respeito, encará-lo, atravessá-lo" (ADICHIE, 2021, p. 23).

Mesmo quando a luta contra a violência e as injustiças é coletiva, as marcas psicológicas ficam presentes. Um desses exemplos é visto no Movimento "Mães em Luto da Zona Leste": em publicações nas redes sociais, por exemplo, é possível encontrar a inscrição "Somos mortas vivas", em uma referência ao luto patológico vivenciado por essas mulheres. Em outras situações, há relatos de adoecimento grave e de morte de mães que passaram por situações de luto patológico disparadas por atos violentos. Foi o caso do falecimento de duas mães enlutadas dos movimentos sociais de mães, uma pertencente ao movimento "Mães de Maio" e outra do "Movimento de Mães em Luto da Zona Leste", ambas falecidas em 2018 (cf. CALADO, 2020). Em contexto semelhante, uma das integrantes do Movimento "Mães em Luto da Zona Leste" não lavou o carro após o assassinato do filho; o veículo possui marcas de sangue do rapaz, em um gesto que demonstra autopunição e autodestruição, sob o ponto de vista psicanalítico.

A situação descrita acima remete ao luto patológico, que mescla o luto - natural e essencial - ao estado melancólico, de acordo com Freud. Nessas situações inconscientes, existe a autodepreciação exagerada, a perda do interesse pelo mundo externo e a dificuldade em amar novamente; por consequência, surgem problemas psicológicos (SOUZA; PONTES, 2016). Recriminar-se pelo ocorrido, ainda mais em um contexto de violência, é outro sintoma comum entre indivíduos que apresentam quadros de luto patológico, o que também reflete uma

dificuldade em elaborar o luto (FREUD, 1917). O tempo de duração do luto e os danos à vida cotidiana são características que contribuem para a classificação do quadro como luto patológico (cf: PARKER, 2009, p. 42). O luto patológico é comum em grupos de mães em luto, uma vez que se trata de uma perda súbita, inesperada, prematura e oriunda de um ato violento.

Por meio de observações participantes em grupos de mães, observa-se, por exemplo, que muitas mães em luto focam predominantemente no filho perdido e chegam a dar menos atenção aos filhos vivos. Sentimentos de autopunição e de busca por culpados são comuns nesses cenários. O relato de Zilda Maria de Paula, mãe de Fernando Luiz de Paula, feito ao jornalista Luís Adorno, em reportagem da ***Ponte Jornalismo***, possui marcas do luto patológico:

> Superei fome, frio, humilhações, porrada, machismo e todo o tipo de violência, mas essa não vou conseguir superar. O estrago que esses caras fizeram, podem passar dez, vinte ou trinta anos e eles nunca vão sentir esse vazio terrível que sinto. Nunca mais ouvi música, não consigo comer, dormir. Eu morri junto com meu filho (PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 114).

No relato de Irene, colhido pela pesquisadora em 16 de março de 2019, em reunião do grupo "Mães em Luto da Zona Leste", a mãe afirma:

> Desde o assassinato do meu filho Pedro, não consigo mais dormir direito, nem comer. Ando no carro que ele foi assassinado e não tive coragem de lavá-lo. Ainda permanece o sangue derramado do meu filho. Às vezes, tenho vontade de jogar o carro em um poste, tirar a minha vida, inclusive já tentei, mas não deu certo. Desde que meu filho morreu, sou uma morta viva (CALADO, 2020, p. 205).

O discurso de Irene também é vinculado a um luto patológico e crônico. Nesse sentido, no Instituto de Psiquiatria de Londres, Colin Murray Parks (2009) observou sintomas como transtornos afetivos (em especial, estados de ansiedade e depressão clínica), além do luto inibido/ adiado e do luto crônico (cf: PARKS, 2009, p. 41 ***apud*** CALADO, 2020, p. 205). O aspecto crônico remete à continuidade, conforme é possível analisar nas palavras de Cleuza Glória da Silva, integrante do Movimento "Mães de Osasco e Barueri" e mãe de Fernando Henrique da Silva, vítima da violência policial. Em entrevista ao jornalista Juca Guimarães, da ***Ponte Jornalismo***, Cleuza afirmou que se sente como se o coração sangrasse a todo momento (cf: PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 118).

No relato de Cleuza, é possível observar outra característica psicológica que se sobressai entre mães enlutadas: o processo de mumificação (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008), metáfora que ajuda a ilustrar como o processo de perda de um filho é mais intenso em comparação com a perda de outros parentes. Nesse contexto, emergem sentimentos como angústia, revolta, desespero, imaginação dos momentos de sofrimento vivenciados pelo filho e busca pela manutenção dos vínculos parentais (CALADO, 2020). Segundo pesquisas de Ana Carolina Jacinto Alarcão, Maria Dalva de Barros Carvalho e Sandra Marisa Pelloso (2008):

> A mumificação da memória do filho se revela como um retornar do filho ao útero materno, para a proteção e privacidade de sentimentos tão nobres e delicados. Esta mumificação parece não significar negação da morte ou esperança de retorno do filho assassinado, e sim, demonstrar uma profunda ligação afetiva e desejo de justiça (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008, p. 4).

Ainda na perspectiva da mumificação, existem momentos marcantes nas vivências das mães que as interpelam no cotidiano. Esses instantes traduzem uma das falas de Adichie sobre o luto: "O LUTO NÃO É ETÉREO; ele é denso, opressivo, uma coisa opaca" (ADICHIE, 2021, p. 41). Um dos exemplos acompanhados por meio de uma observação participante foi a exumação de um filho de uma mãe em luto, ato que personificou o sofrimento daquela mulher e reforçou a perspectiva de uma vida despedaçada pela violência do Estado. Trata-se de uma nova e intensa vivência do luto, assim como acontece quando a mãe passa por locais frequentados pelo filho, pelo lugar onde ele morreu, onde foi sepultado. Aliás, a data de Finados é bastante dolorosa para as mães enlutadas, as quais compartilham vivências e lembranças entre elas, seja por meios presenciais, seja por meios virtuais. Em outras situações, o fato de se passar em frente a um cemitério já é suficiente para disparar sentimentos como tristeza, revolta e melancolia. Além disso, essa mumificação também é presente quando chegam datas comemorativas, tais como dia das mães, dos pais, Natal, Páscoa, entre outras datas que costumam reunir famílias.

É necessário ressaltar também o desafio de se enfrentar os julgamentos feitos aos filhos falecidos por outros membros da sociedade. Por vezes, os mortos são vistos como criminosos que mereciam morrer. Em outros cenários, acontece também a morte simbólica nos espaços, a exemplo do ocorrido com irmãos dos falecidos que são estigmatizados nas escolas. Trata-se de exemplos de violação do direito ao luto.

Nesse contexto, a ausência de amparo e reparação estatais também aprofundam cicatrizes. Gisele, mãe de cinco filhos e moradora da Zona Leste, um deles assassinado pela polícia, descobriu que a investigação do falecimento do rapaz morto havia sido arquivado ao visitar a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Em relatos feitos em reuniões, ela afirmou:

> Mais, uma vez, eu tive a sensação de morte, de luto, que essa justiça é falha, só atende os seus próprios interesses, que a segurança pública não existe para o pobre, só existe para os ricos... Mais uma vez, tive a sensação de desistir, de parar, dava a impressão de nadar e nadar e morrer na praia, tive a sensação de que não compensa lutar contra esse Estado gigante. Depois de uma semana, pensei: por que não? Por que desistir? Continuarei lutando, luta incansável que a morte dos jovens negros nas periferias, continuarei lutando como o Movimento das Mães da Zona Leste, como o movimento de moradia o qual participo, lutar sim, desistir jamais![1]

1 Nome fictício. Relato feito no contexto de uma reunião do Movimento de Mães em Luto da Zona Leste realizado em 2021.

O enfrentamento do luto de mães também perpassa a noção de cumplicidade materna. Existe um desejo conjunto de mostrar que os filhos mortos não são apenas estatísticas. Nas explicações de Alarcão, Carvalho e Pelloso, o estraçalhamento da maternidade gera solidariedade e união entre mães que vivenciaram situações semelhantes. Os sentimentos que prevalecem estão ligados ao fato de reviver dores e à busca por justiça e punição dos responsáveis (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008) (cf. CALADO, 2020). Depoimentos reforçam a necessidade de políticas públicas para a reparação psicológica e social dessas mulheres. Para lograr essas conquistas, a luta coletiva é o caminho encontrado por essas mães para ressignificar o luto, transformando-o de um substantivo para um verbo.

Aliás, os estereótipos têm relação direta com o conceito de enquadre, que ajuda a explicar, entre outros fenômenos, a persistência do racismo na sociedade brasileira. Em outras palavras, os enquadres contribuem para a compreensão de discursos nos quais os negros ainda são inferiorizados. Por sua vez, o enquadre é vinculado à perspectiva da subjetividade, laço estabelecido entre o sujeito, o outro e o meio, bem como circunstâncias passadas e presentes, além de expectativas, afetos e eventos reais e imaginários (COSTA, 2012):

> Enquadres são as constantes, os marcos, as normas que possibilitam as ações, os comportamentos dos sujeitos. O enquadre está relacionado a esses elementos invariáveis e é compreendido como não processo que garante o estabelecimento do processo, ou seja, o desenvolvimento dos fenômenos, o estabelecimento de relações, a expressão de comportamentos. (COSTA, 2012, p. 22).

No contexto do racismo no Brasil, existem pelo menos quatro enquadres: (a) Escravismo: o negro como objeto; (b) Abolição: Negro livre e inferior; (c) República: O negro racialmente inferior; (d) Constituição de 1988: O negro como sujeito de direito. Mesmo hoje, na segunda década do século XXI, quando familiares de uma pessoa assassinada pelo Estado são estigmatizados e julgados porque aquela pessoa era negra e moradora de um território periférico, há um exercício do enquadre, que funciona como operador psíquico de situações da personalidade ainda não conscientemente elaboradas. Trata-se de uma ação que ainda guarda resquícios do segundo e terceiro enquadres, ou seja, apesar das garantias de igualdade em lei, preconceitos e discriminações contra negros (as) ainda acontecem e motivam situações de violência. Em outras palavras, conservar enquadres que levam a estereótipos e estigmatizações levam a uma estagnação social e à naturalização da violência contra determinados grupos:

> Para Costa (2012), o conceito de enquadre proporciona uma compreensão sobre os diferentes aspectos da realidade no qual os vínculos e os lugares psicossociais são organizados a partir dele, o que não resulta necessariamente em bem-estar e adequação para os envolvidos. Admite que as leis, os enunciados religiosos, políticos, mitológicos podem transformar-se em conteúdos de processos psíquicos internos dos grupos, alicerçando alianças inconscientes. O enquadre seria condicionado por um enquadre

> amplo, denominado de metaenquadre. Afirma que os grupos são metaenquadrados por enquadres abrangentes, assumindo a função intermediária entre o sujeito e os aspectos cultural, econômico e político que compõem a organização social, assumindo um papel fundamental na socialização (CALADO, 2013, p. 31).

Dessa maneira, é possível perceber o entrelaçamento entre ideologia e enquadre. No caso da ideologia racista, da qual muitas integrantes de movimentos de mães são vítimas, a persistência do problema social piora o sofrimento dessas mulheres e ainda contribui para violar ainda mais o direito ao luto delas.

Ademais, a perda de um filho pelas mãos do Estado expõe uma face de outro tipo de violação de direitos pelo qual mulheres, em especial as negras, passam: a violação do direito à maternidade. Em entrevista à pesquisadora (MARTINS, 2020), a antropóloga Simony dos Anjos aponta que todas as mulheres, independente de raça, situação socioeconômica, idade ou território de moradia, devem ter o direito de escolherem ser ou não ser mães e, ao escolherem pela maternidade, terem como exercê-la de maneira plena, segura e digna. No entanto, quando uma mãe vê seu filho sendo morto por uma violência do Estado, ela perde o direito de vê-lo crescer com qualidade e se tornar uma pessoa com vida própria. A maternidade deixa de ser digna e o direito a ela é violado.

Em um mundo capitalista e que é estruturalmente machista, nenhuma mulher consegue ter seus direitos sexuais e reprodutivos plenamente reconhecidos. No entanto, são as mulheres negras as que mais têm estes direitos violados, uma vez que também estão sujeitas a uma estrutura racista que desrespeita seus corpos e mata seus filhos. Anjos, em entrevista a Martins (2020), pondera:

> As meninas negras são as mais violadas, as adolescentes são as que mais engravidam. Quando estão grávidas, têm um pré-natal muito dificultado, sofrem mais violência obstétrica, são as que mais são estupradas na hora de ter o parto. Quando as crianças nascem, são as que mais morrem de mortes neo-natais. Quando essas crianças crescem, elas têm pouco acesso ao pediatra, à educação, à cultura. Quando essas mulheres trabalham, elas têm dificuldade de ter um lugar onde deixar seus filhos. E quando esses filhos passam por todo esse desafio, a cada 23 minutos um jovem negro é morto.

As mães brancas de filhos negros e aquelas que vivem nas periferias também estão desproporcionalmente sujeitas a sofrerem este tipo de violação, posto que os jovens negros, pobres e periféricos são os principais alvos da violência do Estado.

Quando as mães de vítimas da violência do Estado se unem, portanto, em movimentos sociais com o objetivo de clamarem por justiça e dignidade para seus filhos, elas também estão incidindo politicamente por uma estrutura social que permita que elas possam ter seu direito à dor e ao luto respeitados e seus direitos maternos, bem como os de seus filhos, efetivados.

Mães em luto: do sofrimento enlutado à luta coletiva

Periferia-SP, 13 de Maio de 2016.

Nós somos Mães.

Nós somos Mães Negras, Mães Indígenas, Mães Trabalhadoras, Mães Pobres, Mães de Favelas, Mães Periféricas: Nós somos Mães Guerreiras!

Nós somos Mães Sem-Teto, Mães Sem-Terra, Mães Donas de Casas e de Barracos, Empregadas ou Desempregadas, Mães de Secundaristas em Luta, Mães de Poetas e Mães Poetisas, Mães de Presidiários e Mães no Cárcere: Nós somos Mães Quilombolas!

Nós somos Mães de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas, Guarani Kayowá do Mato Grosso do Sul; Mães Mogianas, de Osasco, de Manguinhos e das Baixadas, de todos os cantos: Nós somos Mães de Maio, de Junho, Julho e de todos os meses do ano!

Nós somos Mães Africanas, Mães das Favelas Brasileiras, Mães dos Estudantes Desaparecidos de Ayotzinapa (México), Black Mothers das #BlackLivesMatter

dos EUA, Mães das Vítimas do Estado Colombiano, Madres e Abuelas da Ditadura Argentina, Mães da Faixa de Gaza (Palestina), Mães dos Rappers Presos em Angola, Mães da Paz e da Guerra de Libertação do Povo Curdo, Mães Latinas, Mães Asiáticas, Mães Norte-Nordestinas, Mães Retirantes, Mães Refugiadas: Nós somos Mães Sem-Fronteiras!

Nós somos Pais também. Somos Avôs e Avós, Irmãos e Irmãs, Filhos e Filhas: Nós somos Familiares de Vítimas de todas as formas sistemáticas de Violência do Estado que vocês possam imaginar...

<<LUTO>> para nós sempre foi verbo e substantivo, desde que nós nascemos. Nós lutamos desde sempre, desde muito antes, e nunca deixaremos de encarar de frente os inúmeros lutos cotidianos que sempre nos foram impostos com muita violência.

Nós fazemos parte da ampla maioria da população que, historicamente, o Sistema Racista Capitalista sempre fez questão de impor dois únicos destinos "inevitáveis": a opressão e exploração do trabalho até arrancarem a última gota de suor de nossos corpos e sangue das nossas almas – de nós mesmas e de nossos familiares; ou, quando não servimos mais para os seus interesses capitalistas da vez e enquanto a guerra seguir dando lucro: o descarte, o extermínio, e o permanente GENOCÍDIO que insistem em cometer contra nós, por diversos meio$.

Para eles nós somos meras estatísticas...

[Lembrem-se: Nós somos Mães. Todos vocês têm Mães. Nós não combinamos com Morte. Nós somos Vida].[2]

As mobilizações de mães por meio de movimentos sociais têm contribuído

2 Carta Final do I Encontro Internacional das Mães de Vítimas da Violência do Estado. Disponível em: http://periferiaemmovimento.com.br/queremos-parir-uma-nova-sociedade/. Acesso em: 14 out. 2021.

para expor e lidar com as emoções resultantes do processo de luto. Desabafar e reconhecer que a dor que sente é advinda de um fenômeno coletivo é um dos efeitos surgidos em um agrupamento dessa natureza. Em outras palavras, estar em grupo significa elaborar a dor, o luto e romper com o silenciamento, seja por meio do diálogo, seja por meio da escrita. Nesse contexto, observa-se um diálogo com Chimamanda Ngozi Adichie, responsável por afirmar que

> O LUTO É UMA FORMA CRUEL DE aprendizado, você aprende como ele pode ser suave, ser raivoso. Aprende como os pêsames podem soar rasos. Aprende quanto do luto tem a ver com as palavras, com a derrota das palavras e com a busca das palavras (ADICHIE, 2021, p. 23).

Transformar o substantivo "luto" em verbo é um processo que pode perpassar diferentes etapas. No caso de movimentos sociais de mães em luto, é possível observar evidências de tais transições.

> Ao relatar a história do assassinato de Edson Rogério da Silva Santos, filho de Débora da Silva, líder do Movimento "Mães de Maio", o jornalista Arthur Stabile afirmou que, em situação de luto, Débora passou "cinco dias internadas em um hospital sem conseguir comer direito, mal sair da cama e vendo uma parte partir rumo a um caminho distante, de onde nunca mais voltaria" (PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 38). Na atualidade, Débora declara: "Me sinto Mães de Maio porque não tenho como respirar sem esse movimento, ele me alimenta" (PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 38) (CALADO, 2020, p. 204).

Mesmo durante a pandemia, as atividades de muitos movimentos de mães em luto continuaram. Foi o caso do Movimento da Zona Leste, cujas integrantes foram envolvidas no processo de redação de um livro. Nesse contexto, a escrita foi exercitada como forma de elaboração de luto e até mesmo de cura. Para algumas, colocar no papel ou em um editor digital de texto os fatos ocorridos significa dor, choro e insônia. Para outras, redigir significa trazer à tona o sentimento de impotência quanto à violência do Estado. Em um dos materiais redigidos, uma das mães dialogou por meio da escrita com o policial que assassinou o filho dela:

> Não sei como começar, algumas respostas gostaria de ter... Por que você atirou no meu filho? Te encontrei quatro vezes, mas você não disse. A revolta invade o meu coração, pois a perda de um filho é irreparável (...) Estou enviando essa carta para lhe contar como você deixou minha vida aos pedaços (...) Venho aqui escrever a minha carta para que você se coloque no lugar das mães que perderam seus filhos assassinados.

Além dos momentos de comoção e de memórias, o cotidiano de um movimento de mães em luto - e em luta - é marcado por momentos de solidariedade, situação que se evidenciou ainda mais com a emergência alimentar instaurada durante a crise econômica causada principalmente pela pandemia de coronavírus. Além da proclamação de que "nossos mortos têm voz", as mães ainda

conseguem, mesmo em meio ao luto patológico, lutar pela sobrevivência.

"Nossos mortos têm voz": a luta das mães e o jornalismo como aliado

Em 2015, um grupo de policiais civis e militares deixou ao menos 19 mortos na Chacina de Osasco e Barueri, considerada a maior da história do estado de São Paulo. Desde então, os familiares das vítimas, em especial suas mães, se apoiam, atravessam o luto em conjunto e buscam por justiça através das Mães de Osasco e Barueri. O grupo tem como porta-voz e principal liderança a Zilda de Paula, mãe de Fernando.

Em agosto de 2020, quando a chacina completou cinco anos, as "Mães de Osasco e Barueri", membros da comunidade e repórteres se uniram para um ato em memória dos mortos. Na ocasião, discursando para os presentes, Zilda comentou sobre o papel da imprensa na cobertura da chacina e na atuação do movimento: "A imprensa é o nosso grito e está na luta [conosco]; é a voz que a gente tem".

A declaração de Zilda suscita a reflexão sobre a atuação do jornalismo profissional diante do crescente extermínio da população preta e periférica através do braço armado do Estado, em particular sobre seu papel em relação ao movimento de mães. Seria o jornalismo, de fato, a voz que estas mães têm, como aponta Zilda? Ou, pelo contrário, um instrumento, simplesmente, através do qual estas vozes podem chegar a novos públicos e espaços?

Nossa interpretação tende a concordar com a segunda alternativa, uma vez que entendemos que as vozes e lutas destas mães existem paralela e independentemente do jornalismo. Em entrevista às pesquisadoras, Antonio Junião, um dos fundadores da ***Ponte Jornalismo***, veículo que cobre segurança pública, justiça e direitos humanos, resume bem o caminho que pretendemos tomar nessa seção: "na verdade, quem faz acontecer mesmo são elas, a gente só reporta".

O "Mães de Osasco e Barueri" é apenas um de dezenas de coletivos que se formaram após chacinas e assassinatos de pessoas pelas polícias em todo o Brasil, particularmente nas periferias, conforme exposto anteriormente. Através deles, mães e familiares de vítimas se unem pela dor e pelo afeto para clamar por justiça pelos filhos mortos e apoiar umas às outras no processo de compreensão da perda e atravessamento do luto. A configuração também garante que elas possam compartilhar as histórias de vida dos filhos, buscando o não esquecimento, e resistir a outros tipos de violências e opressões promovidas pelo mesmo Estado que levou seus filhos.

O movimento de mães nasce nos anos 90, sendo a mobilização das Mães de Acari, no Rio de Janeiro, o primeiro grande momento de reconhecimento da organização das mães de vítimas da violência do Estado como um movimento social (BRITES; FONSECA, 2013). Segundo Juliana de Farias, em entrevista à pesquisadora

(MARTINS, 2020), a mãe é uma figura respeitada à priori pela sociedade e, também, a pessoa que, entende-se, tem os laços mais fortes possíveis com a vítima - seu filho -, que transcendem qualquer outro tipo de vínculo. Acionando esses entendimentos, a mãe ganha legitimidade para falar em nome do filho que se foi e reivindicar direitos, transformando a maternidade, então, em uma categoria política, que pode - e deve - ser frente de luta.

As mães são, portanto, pontos extremamente importantes no processo de desmonte das estruturas de massacre e genocídio presentes no Estado brasileiro. Se o Estado falha em investigar as mortes de seus filhos, elas atuam como investigadoras independentes para recolher provas de que eles foram assassinados e construir uma defesa para eles; se o Estado não reconhece a ilegitimidade da morte e sua responsabilidade no extermínio de seus filhos, elas levantam suas vozes para chamar atenção para a injustiça de sua perda e cobrar que os processos não sejam arquivados; se o Estado tenta manchar a reputação de seus filhos, mostrar que eles 'mereciam morrer' ou fazê-los cair no esquecimento, elas contam suas trajetórias de vida, carregam suas fotos com orgulho em cartazes e camisetas e fazem com que eles sejam reconhecidos como pessoas com sonhos e vontades, não como corpos estirados no chão; se o Estado insiste em matar jovens, em geral pretos e periféricos, elas se mobilizam para constranger o poder público, interferir nas políticas de segurança pública e garantir que isto não volte a acontecer.

No entanto, ainda que a atuação das mães e seus processos de tomada de voz sejam anteriores ao jornalismo, este - e a comunicação no geral - podem ser importantes aliados à luta delas, posto que, ao reportarem as trajetórias de vida e morte de seus filhos e as ações tomadas por elas, individual e coletivamente, em busca de justiça, conseguem ecoar suas vozes, aumentar o volume de suas reivindicações e o impacto de suas cobranças, ampliar sua visibilidade e, assim, fortalecer sua incidência política.

Este papel da mídia como instrumento para que as vozes dos movimentos sociais, em geral - e das mães de vítimas da violência do Estado, em particular - cheguem a espaços mais amplos é particularmente visível quando olhamos para o trabalho feito pelos veículos alternativos, qual seja, aqueles que se propõem a desafiar "os modos existentes (as práticas dominantes) de se fazer jornalismo" (ATTON; HAMILTON, 2008, p. 11, tradução nossa).

Produzido, "ao menos em sua forma ideal, fora de instituições midiáticas dominantes" (ATTON; HAMILTON, 2008, p. 11, tradução nossa), o jornalismo alternativo é tipicamente levado a cabo por ativistas, organizações políticas e movimentos sociais, mas existe também no trabalho de jornalistas profissionais. Está, em grande parte, "preocupado em representar os interesses, visões e necessidades de grupos sociais pouco representados" (ATTON; HAMILTON, 2008, p. 11, tradução nossa). Por princípio, segundo Atton e Hamilton (2008), procura enfatizar:

> alternativas para as convenções de fontes de notícias e representação; a pirâmide invertida de textos de notícias; a economia hierárquica e capitalizada do jornalismo comercial; a norma profissional da objetividade; e o papel subordinado do

> público como receptor (***apud*** COLODETI, 2016, p. 59).

De acordo com Couldry (2015), o conceito de 'voz', entendido por ele como "o processo de contar sobre a vida de alguém e suas condições (...), contar uma história, produzir uma narrativa" (2015, p. 45, tradução nossa) é o ***valor*** que motiva a existência de uma mídia alternativa. "Tratar a voz como um valor significa discriminar ***contra*** as estruturas de organização social, econômica e política que minam a voz", ele argumenta (2015, p. 44, tradução nossa), isto é, colocar a voz (a capacidade de as pessoas produzirem narrativas sobre si e o mundo) no centro do debate político e garantir que ela seja vista como algo que importa.

Couldry (2015) comenta que valorizar a voz significa prestar particular atenção a três princípios: que a voz pressupõe, de uma única vez, ***falar e ouvir***; que a voz é uma ***forma de agência***, uma parte do que nós, como indivíduos ou movimentos sociais, queremos fazer no mundo e que a voz precisa de uma ***forma material***, um espaço físico onde ela pode se expressar. É nesse lugar que reside a mídia alternativa.

> Humanos inevitavelmente refletem o quão adequadas são as histórias contadas por e sobre eles e procuram intervir quando veem um descompasso entre as histórias contadas sobre eles e as histórias que eles querem contar. Essa é a raiz para o impulso à [produção de uma] mídia alternativa. (...) Se, porém, as pessoas não têm controle sobre os materiais a partir dos quais devem construir uma narrativa sobre si mesmos, então isso representa uma grande negação à voz, um tipo de opressão. (...) A mídia alternativa, de várias maneiras, responde a tais déficits no processo de voz e, ao fazê-lo, afirma o valor da voz. (COULDRY, 2015, p. 46-47, tradução nossa).

Neste sentido, o jornalismo alternativo se propõe a desafiar os meios produtivos e redefinir os formatos e premissas de mídia que impedem pessoas comuns - como as mães de vítimas da violência estatal - de exercerem sua voz. Nesse processo, termina, de duas maneiras principais, por apoiar as lutas dessas mães e ecoar suas vozes.

Primeiramente, o jornalismo alternativo procura ampliar a cobertura de assuntos caros a elas, como a violência policial, e fazê-lo de uma maneira diferente à que faz a mídia tradicional, garantindo que as mães e as narrativas que elas querem ver estejam representadas no espaço midiático.

A ***Ponte Jornalismo***, por exemplo, surgiu da "insatisfação com a mídia mainstream e da vontade de cobrir assuntos que a gente via que precisam ser melhor debatidos", conforme comenta Antônio Junião em entrevista às pesquisadoras.

> Hoje ainda é, mas na década passada, era muito difícil você tentar debater segurança pública com argumentos que não fossem consolidados na indústria midiática, como que 'bandido bom é bandido morto' ou 'Direitos Humanos para humanos direitos'. (...) Até então, os veículos simplesmente fechavam os olhos para essas violências estruturais, eles não tinham uma escuta para outras fontes que não fossem as oficiais, as instituições ou a parte branca da academia, e com

> o nosso trabalho e de outras organizações, essa falta de equidade de escuta, de enxergar e de reportar começou a vir à tona.

Ainda que não esteja diretamente conectado às mães, Antônio Junião dá um exemplo deste trabalho, contando da vez em que todos os veículos jornalísticos reportaram a morte de um adolescente no Grajaú, em São Paulo, dizendo que ele era um traficante e, quando foi ser preso, revidou atirando na polícia. A comunidade entrou em contato com a ***Ponte Jornalismo*** para explicar que aquela não era a verdade, apresentando imagens e vídeos que mostravam que a polícia havia chegado atirando enquanto o rapaz estava jogando bola. A ***Ponte Jornalismo*** foi o único veículo a registrar a morte desta maneira, e, na sequência, todos os demais veículos se retrataram. Junião afirma:

> Com a Ponte, com essas organizações [alternativas], essas fontes começaram a ser ouvidas, as questões estruturais começaram a ser melhor debatidas. (...) Veículos como a Ponte ajudaram a melhorar a cobertura, não só em relação à violência que acontece nas periferias, mas o que esses territórios produzem de conhecimento também, porque esse conhecimento não chegava no grande centro, não chegava na academia, não chegava em outros espaços que eles têm direito de ter acesso também.

Conforme Colodeti (2016, p. 88), "ao invés de priorizar o interesse de uma minoria mais favorecida economicamente no país, a Ponte nos parece buscar trazer luz à realidade cotidiana de exploração e tirania vivida pela maioria dos brasileiros". Ainda refletindo sobre o trabalho da Ponte, e também sobre o trabalho de outra organização alternativa, a Agência Pública, Colodeti (2016, p. 89) aponta que, nos veículos, "está uma priorização de pautas ligadas à noção de defesa dos direitos humanos e da denúncia de abusos de poder" e que estes, "numa postura crítica a respeito das convenções de fontes de notícias e representação na grande mídia, buscam abrir espaço a segmentos sociais marginalizados".

Além disso, e conforme mencionado por Antônio Junião em entrevista às pesquisadoras, o jornalismo alternativo amplia as fontes consultadas para as reportagens produzidas, elevando as mães à caráter de autoridade, tanto quanto os 'especialistas' presentes na mídia tradicional.

De acordo com Oliveira (2011), um levantamento realizado em quatro jornais e revistas pertencentes à mídia tradicional mostrou que 75% das fontes entrevistadas para matérias de política eram "personalidades ocupantes de cargos públicos, comandos de partidos políticos ou assessores e porta-vozes dos mesmos". A maioria dos 25% restantes eram, "principalmente, cidadãos reclamando de algum problema específico na sua rua ou, ainda, notícias policiais em que pessoas comuns eram detidas ou autoras de processos judiciais de repercussão".

O autor reflete, portanto, que estes veículos, como outros da mídia tradicional, "legitimam e institucionalizam determinada classe de pessoas, especialistas, que ganham, assim, uma autoridade de fala perante ao público", construindo

"fronteiras para definir quais são as vozes legítimas e não legítimas no debate público".

A mídia alternativa, no entanto, equilibra fontes especializadas - como pesquisadores - com personalidades vinculadas a movimentos sociais - como as mães - e cidadãos comuns, "não apenas nas ações destes movimentos, mas também como personalidades capacitadas para apresentar opiniões e avaliações sobre os mais diversos assuntos" (OLIVEIRA, 2011). Oliveira (2011, p. 61) complementa: "com este espaço concedido, a mídia alternativa confere às lideranças de movimentos sociais um "status" de agente político para além da mera representação corporativa da sua organização".

Alargando, portanto, as possibilidades de presença das mães de vítimas da violência do Estado no espaço midiático, o jornalismo alternativo aproxima as realidades destas mães e suas lutas de territórios e espaços onde antes elas tinham pouca, se alguma, inserção. Ajuda, também, a garantir que suas histórias possam ser ouvidas e suas mobilizações possam ser vistas e, eventualmente, tenham maior chance de serem incorporadas a propostas de renovação das políticas de segurança pública. E estimula, por fim, que veículos de mídia tradicionais reflitam sobre sua atuação em relação à violência policial e ao trabalho das mães para pedir justiça e o fim do extermínio de jovens e sejam estimulados a melhorarem sua cobertura sobre estes tópicos.

Ainda que, indubitavelmente, o fazer político das mães seja anterior ao jornalismo, este é participante ativo no ecossistema deste movimento social, ecoando vozes, resistências e impactos da atuação destas mulheres. Antônio Junião resume:

> É muito bonito você poder reportar as pessoas tendo forças para reagir a uma violência que elas sofrem, porque até um tempo atrás elas não tinham para quem reclamar, e agora elas têm. E veículos como a Ponte, por menores que eles sejam, a gente consegue gritar muito alto, e gritando muito alto a gente traz a voz dessas pessoas com a gente. (...) Hoje você vê as mães entrando em uma delegacia, em um Fórum, de cabeça erguida [para dizer]: meu filho foi assassinado. [E] é muito gratificante saber que você fez parte desse trabalho, que você é uma pecinha que fez parte de uma engrenagem que está rendendo frutos. [Mas] é sempre um estar de olho para continuar fazendo o trabalho bem e seguindo em frente.

Considerações finais

À luz do presente artigo, entendemos que o luto pela perda de um filho nas mãos do braço armado do Estado, ainda que impossível de cicatrizar ou explicar, pode ser uma semente para que as mães ingressem em um caminho de luta pela permanência das memórias e, no limite, por justiça e Direitos Humanos. Apesar de algumas mães não conseguirem ir adiante com a luta, uma vez que a dor mostra-se tão forte que as consome e as faz, muitas vezes, morrer de tristeza (ou de doenças decorrentes do luto patológico), a presença no movimento social pode possibilitar a criação de laços de solidariedade que permitem a elaboração do luto e a união

em prol de uma incidência política por uma segurança pública mais saudável e menos violenta.

Através da participação no movimento social, as mães se fortalecem e ganham protagonismo. No Movimento de Mães, encontram um terreno fértil para que suas dores individuais deixem de ser invisíveis e ganhem tração, de modo que estimulem a responsabilização do Estado pelas mortes dos seus filhos e a criação de políticas públicas de saúde, segurança, gênero e educação.

Neste processo, encontram no jornalismo, em especial a mídia alternativa, um grande aliado que ecoa suas lutas e vozes para novos públicos e espaços. Cabe notar que a *Ponte Jornalismo* é um excelente exemplo desta relação entre as mães e a mídia alternativa, uma vez que contribui para que as histórias das vítimas sejam verdadeiramente representadas, sem que a versão policial se torne a única existente, bem como ajuda a garantir que as vozes das mães e pautas caras à elas estejam presentes no espaço midiático. ■

[MARIA DA GLÓRIA CALADO]
Doutora em Educação, Mestre em Psicologia e graduada em Psicologia e Pedagogia. Docente do Centro Universitário SENAC. E-mail: professoramgloria@gmail.com

[VICTÓRIA MARTINS]
Jornalista formada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: victoria.rodrigues.martins@alumni.usp.br

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Notas sobre o luto**. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

ALARCAO, Ana Carolina Jacinto; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Marisa. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 16, n. 3, p. 341-347, June 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692008000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2021.

ALENCAR, Sandra Luzia de Souza. **The mourning experience in violence situation**: between two deaths. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ATTON, Chris; HAMILTON, James F. **Alternative Journalism.** Londres: Sage Publications, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988),** Capítulo I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, Art. 5. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument> Acesso em: 18 out. 2021.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. **Anál. Social**, Lisboa, n. 209, p. 858-877, dez. 2013. Disponível em: <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2021.

CALADO, M. da G. Ações coletivas de mães em luto da Zona Leste de São Paulo: o papel da rede social digital Facebook na ressignificação do luto. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 199-216, 2020. DOI: 10.11606/extraprensa2020.169719. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/169719>. Acesso em: 8 out. 2021.

CALADO, Maria da Glória. **Escola e enfrentamento do racismo**: as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a Igualdade Racial. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.48.2013.tde-25032014-133053. Acesso em: 18 out. 2021.

COLODETI, Elisangela. **Jornalismo alternativo para o século XXI**: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_ColodetiE_1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

COULDRY, Nick. **Alternative Media and Voice**. In: ATTON, Chris (org.). The Routledge Companion to Alternative and Community Media, [S.l], Routledge: 2015, p. 43-53.

OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo pensam.**, Bogotá , v. 30, n. 58, p. 52-63, June 2011. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48232011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. [S. *l*.; s. n], ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> Acesso em: 18 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. *[S. l.; s. n],* ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf> Acesso em: 18 out. 2021.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. Brasil: Companhia das Letras, 1917. (Sigmund Freud Obras Completas, pp. 127-144).

MARTINS, Victória. **"Sou a voz do meu filho"**: o luto e a luta das mães de vítimas da violência policial. TCC (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://maesdaviolencia.wixsite.com/site> Acesso em: 17 out. 2021.

PARKS, Colin Murray. **As raízes do luto e suas complicações**. São Paulo: Summus, 2009.

PONTE JORNALISMO; Mães de Maio; André Camarante (orgs.). **Mães em luta**: dez anos dos crimes de maio de 2006. São Paulo: Nós por nós Editora, 2016.

SOUZA, Andressa Mayara Silva; PONTES, Suely Aires. As diversas faces da perda: o luto para a psicanálise. **Analytica**, São João del-Rei, v. 5, n. 9, p. 69-85, jul.-dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v5n9/07.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.